

A guinlagem e o camaco⁽¹⁾

BETO VIANNA*

Eu costumava rondar Ouro Preto na década de 80, quando conheci o Profeta Gentileza. Cabelos, barba e túnica longos e brancos, distribuindo flores e pregando o amor com tabuinhas coloridas, Gentileza era reputado visionário, sábio ou louco, como tantos outros no seu mesmíssimo estilo. Fosse como fosse, ele tinha algo precioso para compartilhar, que anos mais tarde ouvi minha professora Cristina Magro chamar de “higiene vocabular”. O velho repetia como um mantra: “não diga obrigado, diga agradecido”, e “não diga por favor, diga por gentileza”. Pedia-nos para abandonar termos senhoriais, convites à submissão e à negação do outro, e, em seu lugar, recomendava a assepsia da gentileza, que - também palavras do Profeta - “gera gentileza”.

Nesse ponto, tem gente que franze a sobrancelha: se falamos assim há tanto tempo, qual a razão de mudar? Outros sentem-se ameaçados, como se algo fundamental se quebrasse na mudança. Os primeiros estão justificados na medida em que a linguagem é um jogo de “conservação na conversação”, que permite, mas não garante, continuarmos a interagir com os demais membros da nossa comunidade (higiene em excesso leva ao isolamento, da mesma forma que a mania de limpeza leva ao risco de eliminar as bactérias erradas). Mas a sensação de desconforto surge pois, mais vezes do que se imagina, aquilo que falamos (e o jeito que falamos) pode tornar-se um entrave para avaliarmos se nossos projetos são tão bons quanto gostaríamos que fossem. Tomamos como “dado” práticas antigas que, de outro modo, faríamos melhor em mudar.

Veja nossa linguagem acerca da evolução biológica. Um fenômeno abordado com tal elegância por Darwin a ponto de, no ambiente acadêmico atual, não conseguirmos pensar em qualquer boa alternativa para a diversidade orgânica (o barulho em torno do “criacionismo científico” e do “design inteligente” tem mais a ver com o projeto de poder da ultra-direita que com o debate acadêmico; aliás, juntar criacionismo com científico e design com inteligente, nesse contexto, são dois belos exemplos de insalubridade vocabular crítica). Se a evolução é unânime, há espaço para o debate sobre mecanismos evolutivos, a seleção darwiniana sendo apenas um deles (embora hegemônico nos últimos 80 anos, e, nos últimos 30, nem tanto). De todo modo, o que me interessa são as escolhas que fazemos ao falar de evolução, e isso tropeça no ambiente profissional do biólogo da mesma forma que em nosso mundo leigo.

Responda rápido e do fundo do coração: qual é o ser mais evoluído do planeta? A academia oferece bons motivos tanto para considerarmos que esse tipo de escolha não faz muito sentido quanto para pensarmos que “humano” é a resposta mais razoável. Todo organismo é fruto de uma história comum de bilhões de anos; umas



espécies surgiram mais, outras menos recentemente; e mesmo que fôssemos o produto mais recente da evolução (e não somos) não podemos dizer que acumulamos mais “unidades de evolução”: afinal, seres cujas gerações contam-se em dias podem ter mudado milhares de vezes mais que nós, no mesmo período. E considerando apenas a espécie humana, desde seu surgimento há uns 200 mil anos, não parece haver nenhum sentido importante em que “nós” evoluímos (se nós tivéssemos evoluído, nós já não seríamos nós).

Mas e toda essa conversa sobre evolução humana? Antes de nos sentirmos ludibriados, é preciso ver que há um truque inofensivo aí. O que um biólogo chama de evolução humana é a história de uma linhagem, cujo broto “final” (ou seja, o foco da atenção) é nossa própria espécie. A medida canônica da linhagem é, ou o gênero *Homo*, ou nosso lado do ramo após a separação, há uns 6 milhões de anos, da linhagem das duas espécies vivas mais próximas do humano (bonobos e chimpanzés). Mas em que sentido técnico é dito que o humano é “mais evoluído”? Fácil: somos mais inteligentes que o resto do mundo vivo, ou, usando o jargão da moda, temos mais “capacidade cognitiva”, e, coroando essa cognição privilegiada, temos linguagem. É aí que eu sugiro que todos nós, leigos e profissionais juntos, precisamos urgente de um banho demorado.

Se há algo suspeito em escolhermos o humano (logo nós!) como o ser mais evoluído do planeta, não há nada de especial no fato de você e eu, que estamos conversando pelas linhas deste texto, sermos ambos humanos. Isso tem a ver com o fato de que as nossas escolhas vocabulares tanto nos fazem pensar e agir de um jeito (e não outro) quanto nos permitem conversar sobre certas coisas juntos (mas não outras). Se ampliarmos o suficiente o leque dessas escolhas, veremos que não apenas nós e nossa comunidade (de, digamos, pessoas que já ouviram falar em “evolução biológica” e sabem ler português), mas centenas de milhões de outros organismos humanos poderão partilhar da conversa, de um jeito que membros de outras espécies não poderiam. O que estou

dizendo é que nossa multidão de escolhas vocabulares (nossas culturas), por mais heterogênea que seja (e ela é bastante), possui uma história comum: a história de nossa espécie. Mas estou dizendo também que esse jogo consensual não é garantia de que estabelecemos qualquer contato especial com a realidade que outros seres não estabeleçam (o que quer que signifique “contato com a realidade” - isso, sozinho, já merece uma boa escovadela). Não há nenhum sentido útil em dizer que evoluímos “mais” que outros competidores, como numa maratona com um prêmio no final, ainda que os caminhos tenham se bifurcado ao longo da trajetória. Além do mais, qualquer outro percurso devem ser tão bom quanto o nosso (ou o “deles” não teria continuado até aqui, como continuou).

Nem todo mundo concorda comigo sobre o que chamo de linguagem, e mesmo alguns de meus colegas de “Biologia da Libertação” indicariam meu nome para candidato a uma assepsia, nessa questão. Mas, como lingüista por formação, darwinista por opção e avesso a escadas evolutivas (levando da simplicidade à complexidade: nós, mamíferos) ou cognitivas (levando da escuridão à luz: nós, cientistas), prefiro entender a linguagem como um fenômeno irreduzivelmente relacional, implicada, ao mesmo tempo, na relação estabelecida entre organismos e na evolução biológica. E se é pra levar a sério as mudanças conceptuais que estou propondo, essa dupla implicação não pode tomar a forma de um produto da evolução (humana) e pré-condição para as relações (humanas). A referência a “objetos do mundo”, tão prezada como marca distintiva da humanidade, resulta de interações culturalmente contextualizadas, constituindo, aqui e agora, esse mesmo mundo. A linguagem é tecida na própria trama onde se dão as relações inter-orgânicas, e é na dinâmica do rompimento e estreitamento dessa trama que se formam grupos populacionais suficientemente distintos entre si, e suficiente-



(1) Para aqueles pouco fluentes em guinlagem camaco, uma língua itabirana, o título deste artigo, traduzido para o português, é "A linguagem e o macaco".

mente coesos internamente, para que sigam diferentes percursos históricos particulares (as espécies) e realizem as diferentes possibilidades dessa história comum (as culturas).

Dizer que há uma distinção de grau entre linguagem (para o *H. sapiens*) e comunicação (para todo o resto) é confiar demais no antiquado vocabulário da Grande Cadeia do Ser (aquela que vai dos repolhos aos anjos), mal-disfarçado por uma confiança igualmente excessiva no vocabulário que torna o conhecimento humano mais próximo do Ser do Mundo. Demasiado humanos, já sabemos como decidir, consensualmente, aquilo que é bom ou ruim, e não há utilidade adicional em argumentar que temos uma superioridade intrínseca na manipulação do ambiente. Na história particular de nossa linhagem, paramos de conversar com os outros macacos, mas nas conversas que podemos escolher entre nós mesmos, sempre haverá espaço sobrando para a velha e boa gentileza.

* Beto Vianna é doutor em lingüística pela UFMG e pesquisou a interação de grandes símios na Fundação Zoo-Botânica de Belo Horizonte e no Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva, em Leipzig. Escreveu, entre outros artigos, "Sombras na Batcaverna: a charada cartesiana, o coringa kantiano e os pingüins de Darwin" (*Revista da USP*, nº 63, 2004) e, com Rubén Gómez-Soriano, "Grandes símios em linguagem: uma crítica do conceito de evolução da linguagem à luz das abordagens sistêmicas" (*Anais do I Congresso Iberoamericano de Antropologia*, Havana, 2007).

Mudança de hábito

SUSAN OYAMA*

"Há dois tipos de pessoas no mundo: aquelas que gostam de dicotomias e aquelas que não gostam. Eu sou do segundo tipo". (piada contada por um amigo)

Há uma geração, a posição politicamente progressista (libertária?) sobre a homossexualidade nos EUA, era a de que a orientação sexual era aprendida. Hoje, defensores dos direitos homossexuais preferem dizer que ela é inata. Na complexa história dessa questão, argumentos legais e morais são quase sempre vinculados aos científicos, com uma tendência geral para explicações biológicas. Pela legislação norte-americana, por exemplo, certos grupos biologicamente definidos têm direito a proteção especial. O argumento "da natureza" é igualmente usado para minimizar o papel da escolha na orientação sexual, evitando a atribuição de pecado. Chamar algo de "biológico" (ou genético, natural, inato), não é fazer uma simples afirmação científica. É também se pronunciar sobre a relevância da experiência e das condições de existência, sobre a possibilidade (e até mesmo o desejo) de mudança. O mesmo vale para os termos opostos: cultural, adquirido, ambiental.

Se algo é biológico, dizemos comumente que é tam-

bém físico, pré-programado e controlado a partir de dentro, enquanto o que é aprendido é um acidente da história pessoal, um produto da mente, não do corpo. Tais contrastes deveriam levantar suspeitas como o eco de um antigo dualismo, mas continuamos aceitando sua interpenetração em assuntos sociais. Por mais veemente que seja este debate, não há um conjunto coerente de critérios para que possamos separar traços biológicos de não-biológicos. Há apenas uma profusão de indícios, alguns contraditórios, outros simplesmente obscuros. Alguns critérios referem-se a populações de organismos, outros ao desenvolvimento individual. Uns têm a ver com a evolução, outros com mecanismos internos, e assim por diante.

Tais controvérsias são sempre construídas a partir de crenças antigas e bastante gastas, não apenas sobre mente e corpo, mas também sobre forma e matéria, essência e acidente, instinto e aprendizado, bem como as mais recentes sobre evolução, genes e ambiente. Muito já foi dito sobre tais debates (às vezes irritantes). Mas pouco ganhamos com "soluções" conciliatórias mas inadequadas - ainda que soem mais respeitáveis -, em que tudo é uma mistura de natureza e cultura, de modo que precisamos discernir as proporções corretas de cada uma, ou em que os genes estabelecem o alcance dos efeitos possíveis do ambiente. Se as categorias tradicionais natureza-ou-cultura são incoerentes, como sugeri acima, tais compromissos "razoáveis" também não irão funcionar.

Tanta controvérsia poderia nos levar à conclusão de que precisamos nos "libertar da biologia" (ou dos biólogos!). Longe disso, sugiro que nos livremos de todo um aparato de hábitos conceituais que mantêm vivo o debate. Entre eles, reina incontestemente a virtual deificação do gene. E não me refiro apenas à ênfase excessiva, mas à investidura de poderes quase-divinos ao DNA, de iniciar a mudança de modo autônomo (como em "os genes dirigem o desenvolvimento mas permanecem eles mesmos inalterados") e de conter e executar planos de complexidade prodigiosa ("o programa-mestre prevê e administra o input ambiental"). O gene dá forma à matéria inerte. Imortal, o gene avança através das gerações enquanto os pobres organismos surgem e perecem. O contraponto a essa fonte interna de forma é desem-



penhado, no debate tradicional, pelo ambiente, fornecendo as perturbações, os detalhes mais triviais, o apoio e a matéria-prima.

E que tal se essas crenças mudassem? Vamos supor que o DNA não é um repositório de representações e instruções descorporificadas, mas, ao invés disso, uma estrutura física, tal como outras partes do corpo. Sem dúvida maravilhosa, essa estrutura funcionaria apenas por meio de sua interação com uma série de outras, de modo diverso em cada lugar, tempo e condição diferentes. Isso, aliás, é o que a biologia molecular, despida de sua retórica mais inflamada, tem nos mostrado. Vamos supor, ainda, que as operações e os produtos dessas interações - digamos, as proteínas - dependem, do mesmo modo, das condições em níveis mais altos de organização. Nesse caso, o organismo surge no cadinho dessa miríade de interações contextualmente dependentes, forma e função sendo efetivadas em estreita interdependência com o entorno; é desnecessário - é até incompreensível - atribuir a essas seqüências, por dramáticas que possam parecer, a um imóvel motor central.

Se os efeitos de outras estruturas internas, e fatores no mundo fora dos limites do organismo, são igualmente contingentes com a presença e o estado de outros com-

